



Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Ação 06/2025

**Estudo técnico sobre a viabilidade da Plataforma
Digital segura e integrada**

EIXO II - INSERÇÃO DO CRIME ORGANIZADO EM CADEIAS ECONÔMICAS PRODUTIVAS

Ação 06/2025: Estudo da possibilidade de criação de uma Plataforma Digital segura e integrada que possa assegurar o cumprimento da exigência legal do acesso e consulta aos dados cadastrais, bem como outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição, para fiscalização, controle, investigação e persecução criminal, com foco no combate à corrupção, à Lavagem de Dinheiro e os delitos antecedentes.

Coordenadores: CNMP, PCDF, SEDIGI, SENASP

Colaboradores: ABIN, ADPF, AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, CADE, CAIXA, CD, CG/DF, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CJF, COAF, CONACI, CONCPC, DRCI, DREI, IPHAN, MPDFT, MPF, MPM, MPMS, MPPI, MPPR, MPRJ, MPS, MPSE, MPSP, PCMA, PCRJ, PCSP, PF, PGE/SP, PREVIC, REDE/SECEX, REDE-LAB, RFB, SAL/MJSP, TCU.

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

AÇÃO 06/2025

Ação 06/2025: Estudo da possibilidade de criação de uma Plataforma Digital segura e integrada que possa assegurar o cumprimento da exigência legal do acesso e consulta aos dados cadastrais, bem como outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição, para fiscalização, controle, investigação e persecução criminal, com foco no combate à corrupção, à Lavagem de Dinheiro e os delitos antecedentes.

Coordenador: CNMP, PCDF, SEDIGI, SENASP

Colaboradores: ABIN, ADPF, AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, CADE, CAIXA, CD, CGDF, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CJF, COAF, CONACI, CONCPC, DRCI, DREI, IPHAN, MPDFT, MPF, MPM, MPMS, MPPI, MPPR, MPRJ, MPS, MPSE, MPSP, PCMA, PCRJ, PCSP, PF, PGE/SP, PREVIC, REDE/SECEX, REDE-LAB, RFB, SAL/MJSP, TCU.

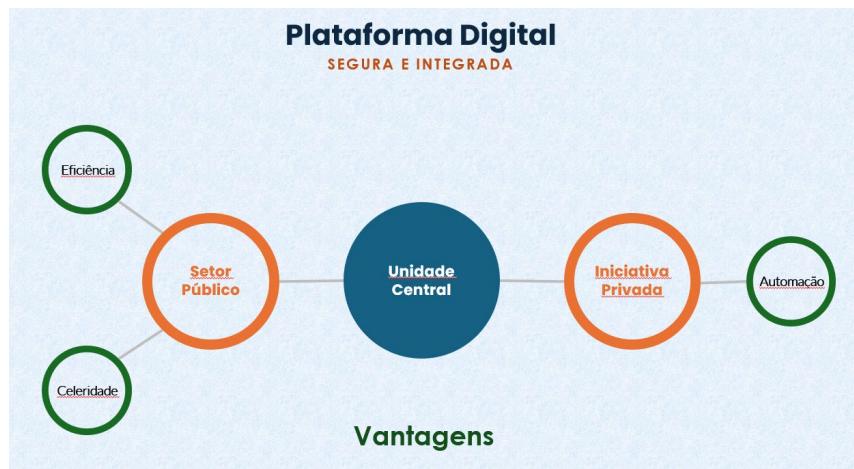
Eixos: Prevenção; Detecção; Punição.

O estudo demonstrou a viabilidade e a possibilidade de criação de uma Plataforma Digital segura e integrada que possa assegurar o cumprimento da exigência legal do acesso e consulta aos dados cadastrais, bem como outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição, para fiscalização, controle, investigação e persecução criminal, com foco no combate à corrupção, à Lavagem de Dinheiro e os delitos antecedentes. E como encaminhamento, foi sugerido a criação de um Grupo Temático, interinstitucional, que será responsável pelos estudos técnicos e jurídicos de definição de produto, parâmetros de segurança e consulta, dados que poderão ser acessados e/ou fornecidos, participantes, volumetria e escalabilidade, (consumidores e fornecedores de dados), dentre outros elementos.

Segue abaixo, um infográfico a respeito da futura Plataforma digital, ressaltando que a ideia não é criar um novo banco de dados, mas sim ter uma unidade centralizadora que possibilite a comunicação interoperável entre os participantes da plataforma:



Algumas vantagens visualizadas para a Plataforma Digital:





Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

AÇÃO 06/2025

ANEXO

Plataforma Digital Integrada de Integrada de Dados para Combate à Corrupção

Estudo da possibilidade de criação de uma Plataforma Digital segura e integrada que possa assegurar o cumprimento da exigência legal do acesso e consulta aos dados cadastrais, bem como outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição, para fiscalização, controle, investigação e persecução criminal com foco no combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e aos delitos antecedentes.



Panorama dos Respondentes

36

Órgãos Participantess

Representando entidades de
controle, fiscalização e investigação

60%

Potencial de Integração

Possuem sistemas integráveis
com esforço técnico

80%

Interesse em Participar

Disposição para colaborar no
desenvolvimento





Dados Cadastrais Fornecidos

Dados de Identificação

- RG, CNH, CPF, CNPJ
- Endereços vinculados
- Contatos (telefone, email)

Dados Patrimoniais

- Cadastro de veículos
- Transferências bancárias
- Chaves PIX

Dados Institucionais

- Contratos públicos
- Licitações
- Execução orçamentária

Dados Cadastrais Fornecidos

Quais "dados cadastrais e outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição" a sua instituição fornece atualmente?

Dados de Identificação	RG, Cadastro Nacional de Habilitação (CNH) e endereços vinculados a estes; CPF ou CNPJ, nome completo, matrícula em cadastros profissionais
Dados de Contato	Linhos telefônicas; contato telefônico, e-mail, endereço comercial
Dados Patrimoniais	Cadastro de veículos; Placas automotivas; Bancários; Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS); CHAVE PIX/ONR/CENSEC; volume mensal de câmbio liquidado por cliente
Dados Governamentais	Dados cadastrais no Portal da Transparência e no Portal de Dados Abertos; dados cadastrais de agentes públicos; Dados de Servidores; Orçamento e Execução Orçamentária
Dados Jurídicos	Dados de processos judiciais e extrajudiciais; Dados de Transferência Ativa; Antecedentes criminais e qualificações cíveis; Dados sobre Dívida Ativa e de Contribuinte
Dados Institucionais	Dados relacionados a contratos públicos e licitações, de entidades privadas vinculadas a administração; Entidades penalizadas do Terceiro Setor; Cadastro das Entidades do Terceiro Setor; Administração Indireta
Outros Dados	Plataformas digitais

Dados Cadastrais Acessados

Dados Pessoais

- Bancários e financeiros
- Telefonia e internet
- Testamentos e registros civis

Dados Patrimoniais

- Imóveis e móveis
- Armas de fogo
- Aeronaves e embarcações

Dados Institucionais

- Processos administrativos
- Registro de empresas
- Marcas e patentes

Outros Registros

- Boletins de ocorrência
- Antecedentes criminais
- Offshores

Dados cadastrais acessados



Dados Pessoais

Bancários, Financeiros e Fiscais, Eleitorais, Previdenciários, Telefonia e Internet, em órgãos e serviços públicos; testamentos, de nascimento, óbito e casamento; de trabalho e contribuição; Valores a Receber; de benefícios diversos; de conselhos de classe.



Dados Empresariais

Comércio e Varejo, de qualificação, de empresas; Registro.BR; de marcas e patentes; concorrenciais; do INMETRO; ANP; de vigilância sanitária; Decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais; de importação.



Dados Patrimoniais

De bens patrimoniais imóveis e móveis, de procurações; de execução orçamentária e financeira; de fornecimento de serviços privados como água e energia; de veículos, habilitação; armas de fogo; propriedade e operadores de aeronaves; referentes a embarcação; de veículos habilitados para transp. rodoviário; consulta de protestos; de Edificação; de offshores.



Dados Jurídicos e Administrativos

Dos sistemas estaduais de RH, de compras, de cadastro de fornecedores, de diárias; antecedentes criminais, contratos, licitações, TCs e MPs; processos civis, administrativos e criminais; de registros de boletins de ocorrência; E-proclamas; versões de sites arquivadas da internet; multas de trânsito; Servidores.



Dados de Comunicação

Câmeras de vigilância; de IMEIS telefônicos; de Acessos Fixos e Móveis; Portabilidade Numérica; linhas pré-pagas.



Sistemas Atualmente Utilizados



Sistemas de Segurança

- Infoseg, Sinesp, SINARM
- Sistema de Ocorrências Policiais

Sistemas Financeiros

- SiofiNet, SIAFI
- CCS, DICT (Banco Central)

Sistemas Administrativos

- Sistema RhNet, SIAPE
- Portal de Transparência

Sistemas Judiciais

- BNMP, SEEU/CNJ
- Projudi, PJe

Datrhois

Overview Data sources Reporting Admin

Governme Datafa Platforroms

Reportiew

Region

Departament

Export tdata

Time period

Generate report

Data & Cadastrales

Data & Geolocalizates

Data & Geolocalizates

Generate report

Overview

Department

Generate report

Bar chart data:

Category	Value
Brasile	200
Brasil	300
Brasile	400
Brasile	100

Bar chart data:

Category	Value
Brasile	150
Brasil	350
Brasile	250
Brasile	100

Bar chart data:

Category	Value
Brasile	100
Brasil	200
Brasile	300
Brasile	100

Mais Sistemas Utilizados



Sistemas Comerciais

CADES, Juntas
Comerciais, CENSEC



Sistemas de Transporte

Renavan, Renach,
SACI/ANAC



Ferramentas Analíticas

Cortex, Neoway,
Pandora



Sistemas Integrados

E-Social, Cad-Único,
SISGEMB

Lista dos Sistemas Acessados

Infoseg Sinesp e Matilha/MPRN; "Muralha"; Sistema de Solicitação de Diárias/SSD;

Sistema de Execução Orçamentária e Financeira/SiofiNet;

Sistema de Recursos Humados/RhNet; Sistemas de Compras do Estado de Goiás/Sislog; Sistema de Cadastro de Fornecedores/CadFor; RFB; Portal de Dados Abertos;

Webservice do TCM-GO; Webservice da JUCEG; Analítico, Sistema de IPe, Sistema Frota;

SIGEF; Sistema Integrado de Frequência; Sistema Integrado de Descanso; Sistema Governa;

E-estado; Sistema Ergon; Ferramenta Exato Digital; Cortex, Getran, Censec, CRC, SIEL,

SENATRAN, SINARM, ONR, BCB; CCS, CNIS, ONR, SISOBI, SIEL; Sistema Oráculo, SITTEL,

plataforma KODEX, CNART; Sistema de Ocorrências Policiais (Millenium), Gênesis (PMDF);

Sistema da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, o Attus;

Procuradoria Digital e o Juit Rimor 2.0;

Lista dos Sistemas Acessados

CADESP, SIM, SERPRO, Registro Civil (CRC JUD), SPJ; ESAJ; TRE; INFOCRIM;

Plataformas de redes sociais e digitais; Macros, SIAPE, SIAFI, SCDP, RAIS,

Juntas Comerciais, E-Social, Cad-Único, CADSUS, Portal da Transparência, E-proclamas,

Renavan, Renach, SisObi, Maciça – Inss; CAUFESP; ARISP; SDA Intragov;

PGE/SPSDA Remoto; PGE/SPSGIPVA; - Sistema de Gestão do IPVA – SP; SIM Detran; CRC;

e-PAT; Posto Fiscal Eletrônico; Comprasgov; Contratosgov; MACROS; IPTU São Paulo;

CAIMPA; DGI-TCU, Pandora, ARPEN, Conexão Educação, CRC/CNJ, Credlink,

Educacenso/INEP, LABCONTAS, Light, Pandora, PolinterWeb, PortalWEB/SEPM,

Portal de Segurança do Estado do RJ, Projudi, RCPJ/RJ, ROWeb/SEPOL, SACI/ANAC,

BOL PM, CINTPM/SEPM e SISPES/PMERJ, SEEU/CNJ, SIPEN/SEAP, SISAMA, SISBACEN,

SISGEMB, SISME/ARMAS, SUMINFO, SNAP, NEOWAY; DICT (Banco Central do Brasil);

CNJ / BNMP (Banco Nacional de Mandados de Prisão), RIF, JUCESE, SAGRES, GALUCTUS

Fundamentos Legais (para acesso e fornecimento entre entes públicos)

Leis Federais

- LGPD (Lei 13.709/2018)
- Marco Civil (Lei 12.965/2014)
- Lei Lavagem (9.613/98)

Convênios

- Acordos de Cooperação
- Termos de Compartilhamento

Constituição Federal

- Artigos 37, 129, 144 e 145
- Princípios da Administração

Normas Regulatórias

- Resoluções CNMP, BCB
- Decretos estaduais e municipais



Lista de Fundamentos Legais

Decretos e leis municipais e estaduais, Acordos de Cooperação,

Código Tributário Nacional - CTN - art. 198 Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011), Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), Lei nº 12.830/2013, Lei nº 12.850/2013, Lei nº 9.613/2018, Constituição Federal (artigos 37, 129, 144 e 145), Lei Complementar nº 75/1993 (art. 8º, incisos II, IV e VIII), Lei nº 8.625/1993 (art. 26, inciso I b e inciso II), Lei nº 12.965/2014 (art. 10, § 3º), Resolução nº 181/2017 -CNMP (art. 7º, incisos II e III), Lei Complementar nº 109/2001 e Lei nº 12.154/2009, Art. 37 da CF, Lei nº 14.129/2021 (Governo Digital), Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), Lei nº 13.460/2017 (Defesa do Usuário do Serviço Público), Lei nº 16.278/2023 (Transparência em Obras Públicas), Lei Complementar nº 131/2009; Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), Código de Processo Penal, Lei 9.613/98, Lei nº 14.600/2023 e Lei nº 10.180/2001,

Resolução BCB nº 124/2021, DECRETO N° 68.155, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2023, DECRETO N° 58.276, DE 7 DE AGOSTO DE 2012, Lei 12.850/13 e Lei 9613/98, Lei Complementar N° 114 DE 19/12/2005

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 4.906, Decreto nº 8.771/2016, Art. 11, §2º

Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

Principais Desafios Jurídicos



Análise dos Principais Desafios Jurídicos

Principais Tópicos e Padrões encontrados nas respostas:

Dificuldade no Acesso a Dados:

Principais palavras: "dificuldade", "dados", "acesso", "fornecimento", "jurisdicional", "restrição", "interpretação", "legislação", "sigilo", "judicial", "autorização", "compartilhamento", "processos"

Descrição: O padrão mais forte é a dificuldade geral na obtenção de dados. Isso inclui restrições baseadas em interpretações legais, sigilo, necessidade de autorização judicial e legislações restritivas como a LGPD e a Lei das Organizações Criminosas.

Resistência e Demora:

Principais palavras: "resistência", "demora", "resposta", "negativa", "embaraço", "morosos", "recusa", "conflituosos", "equívocos".

Descrição: Há resistência por parte de entidades em fornecer dados, resultando em atrasos e respostas negativas.

Aspectos Legais e Judiciais:

Principais palavras: "legal", "judicial", "jurisdição", "STF", "STJ", "ADI", "interpretação", "autorização".

Descrição: Interpretações restritivas da lei e decisões judiciais (STF, STJ) são uma barreira significativa.

Análise dos Principais Desafios Jurídicos

Entendimento Limitado e Conflitos:

Principais palavras: "entendimento limitado", "conflituosos", "equívocos", "sistêmica", "transparência".

Descrição: Há um entendimento limitado sobre transparência e conflitos entre a aplicação da LAI (Lei de Acesso à Informação) e a LGPD.

Necessidade de Formalização e Intervenção:

Principais palavras: "formalização", "instrumento jurídico", "requisição", "intervenção", "poder judiciário".

Descrição: A necessidade de formalizar requisições e, em alguns casos, a intervenção do poder judiciário são necessárias para obter dados.

Tecnologia e Infraestrutura:

Principais palavras: "big data", "sistemas descentralizados", "portal", "webservice", "tecnológico", "acesso sistêmico".

Descrição: A infraestrutura tecnológica e a capacidade de acessar dados em grande escala (big data) são desafios. A falta de portais de acesso e webservices dificulta a extração de dados.

LGPD e Proteção de Dados:

Principais palavras: "LGPD", "dados cadastrais", "intimidade", "comunicações".

Descrição: A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é frequentemente citada como motivo para recusar o compartilhamento de dados.



Desafios Tecnológicos



Sistemas Legados

Plataformas antigas e desatualizadas dificultam integração



Interoperabilidade

Ausência de interfaces diretas entre sistemas



Formatos Heterogêneos

Dados em estruturas e padrões incompatíveis



Déficit de Pessoal

Escassez de profissionais qualificados em TI



Interesse em Participação

A grande maioria das instituições (80%) demonstra interesse em participar de discussões sobre a viabilidade da plataforma integrada.



Viabilidade de Integração

A sua organização possui sistemas, plataformas ou quaisquer soluções tecnológicas que poderiam ser integrados a uma plataforma digital governamental?



Sistemas Existentes

60% possuem soluções passíveis de integração, com esforço

Dados Úteis para Combate à Corrupção

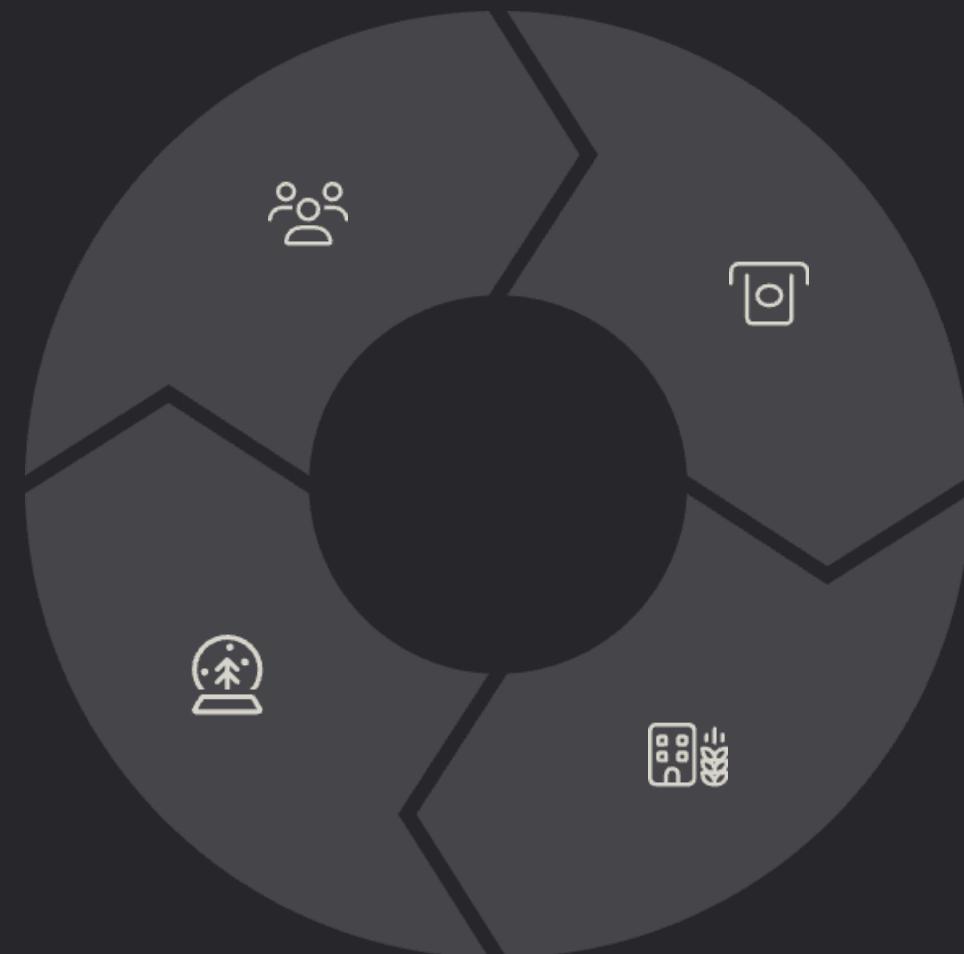
Liste os dados úteis à fiscalização, controle, investigação e persecução criminal, com foco no combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e aos delitos antecedentes, que a sua instituição demanda ...

Identificação
Dados cadastrais e vínculos entre pessoas

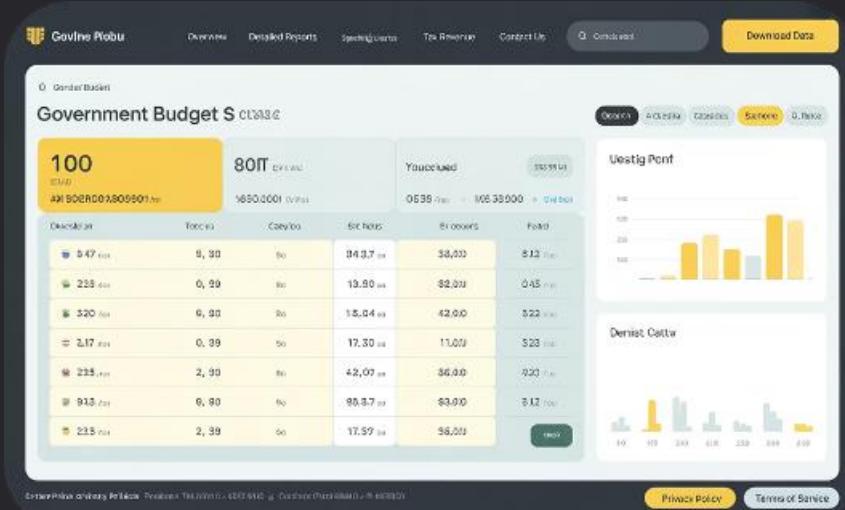
Conexões
Redes sociais, telefonia, IPs

Financeiros
Transações, PIX, evolução patrimonial

Patrimoniais
Imóveis, veículos, aeronaves, embarcações

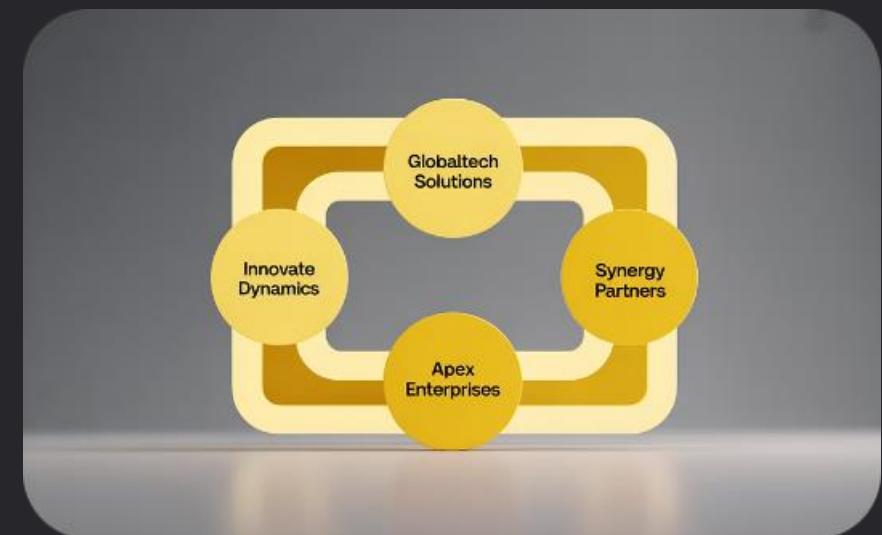


Mais Dados Relevantes



Orçamentários

Execução financeira, licitações, contratos públicos



Empresariais

Registros societários, beneficiários finais, sócios



Ativos Digitais

Criptomoedas, transações eletrônicas

Dados Úteis para Combate à Corrupção

Mapa de Tópicos e Padrões Principais



Dados Necessários para Fiscalização

Palavras-chave: "fiscalização," "controle," "investigação," "corrupção," "lavagem de dinheiro," "delitos antecedentes."

Padrão: Ênfase na necessidade de dados para fins de fiscalização, controle e investigação de crimes relacionados à corrupção e lavagem de dinheiro.



Tipos de Dados Demandados

Palavras-chave: "cadastrais," "telefônicos," "bancários," "registros de imóveis," "embarcações," "empresas," "financeiras," "patrimoniais," "societários," "contábeis."

Padrão: Ampla gama de dados solicitados, incluindo informações cadastrais, telefônicas, bancárias, registros de imóveis e dados financeiros e patrimoniais de empresas e pessoas.



Fontes de Dados e Sistemas Existentes

Palavras-chave: "CCS/BCB," "PIX/BCB," "CENSEC/CNB," "SEI/COAF," "INFOSEG/SINESP," "JUCESP," "CAUFESP," "ARISP," "SGIPVA," "ANAC," "CRC-JUD," "IMESP."

Padrão: Lista de sistemas e fontes de dados já acessadas, incluindo sistemas do Banco Central, registros notariais, cadastros de fornecedores, registros imobiliários e sistemas de informações de segurança.



Fontes de Dados Desejadas

Palavras-chave: "SISBAJUD," "RFB," "JUCEG," "TSE," "COAF/Simba," "ESOCIAL/RAIS," "Transfere.gov," "Gov.br," "DRF," "CAFIR," "CNO," "DOI."

Padrão: Lista de sistemas e fontes de dados que a instituição deseja acessar, incluindo sistemas de penhora online, dados da Receita Federal, Juntas Comerciais, Tribunal Superior Eleitoral, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Cadastro Nacional de Obras, entre outros.

Dados Úteis para Combate à Corrupção

Mapa de Tópicos e Padrões Principais

Dados Específicos e Informações Detalhadas

Palavras-chave: "qualificação," "endereços," "vínculos," "parentesco," "antecedentes criminais," "evolução patrimonial," "demonstrações contábeis," "beneficiários finais," "criptoativos," "comércio exterior," "redes sociais," "empresas de tecnologia," "registros internacionais."

Padrão: Busca por informações detalhadas e específicas, como dados de qualificação, vínculos familiares e empresariais, antecedentes criminais, evolução patrimonial, informações sobre beneficiários finais, transações em criptoativos e dados de redes sociais.

Dados Financeiros e Transações

Palavras-chave: "execução orçamentária," "financeira," "viagens," "diárias," "compras," "movimentações financeiras," "transações comerciais," "benefícios fiscais," "lavagem de dinheiro," "financiamento ao terrorismo."

Padrão: Interesse em dados relacionados à execução orçamentária e financeira, viagens e diárias, compras, movimentações financeiras e transações comerciais, com foco na detecção de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Dados Pessoais e Identificação

Palavras-chave: "nome completo," "data de nascimento," "CPF," "RG," "endereço," "vínculos empregatícios," "vínculos familiares," "previdenciários," "boletim de ocorrência," "bases biométricas," "fluxos migratórios," "cadastros de contribuintes."

Padrão: Busca por dados pessoais e informações de identificação, incluindo nome completo, dados de nascimento, CPF, RG, endereço, vínculos empregatícios e familiares, dados previdenciários e boletins de ocorrência.

Dados Adicionais e Sistemas Específicos

Palavras-chave: "sistema prisional," "transporte de madeira," "semoventes," "telefones," "chaves pix," "filiação," "cônjuges," "descendentes," "e-mails," "IP," "geolocalização," "selfie," "IFOOD," "APPLE."

Padrão: Interesse em sistemas específicos, como dados do sistema prisional, dados sobre transporte de madeira e semoventes, dados telemáticos (IP, geolocalização) e informações de plataformas como IFOOD e Apple.

SecureConnect



Benefícios da Plataforma Integrada Integrada

Eficiência Investigativa

Redução do tempo de acesso e análise de dados

Segurança Jurídica

Padronização de procedimentos de acesso

Proteção de Dados

Controle de acessos e trilhas de auditoria

Combate à Corrupção

Identificação mais rápida de esquemas ilícitos



Desafios de Implementação

Desafio	Impacto	Possíveis Soluções
Diversidade tecnológica	Alto	APIs padronizadas
Definição jurídica	Alto	Normativo unificador
Recursos humanos	Médio	Capacitação técnica
Governança de dados	Alto	Comitê interinstitucional



Plataforma Digital para para Combate à Corrupção Corrupção e Lavagem de de Dinheiro

Estudo da possibilidade de criação de uma Plataforma Digital segura e integrada que possa assegurar o cumprimento da exigência legal do acesso e consulta aos dados cadastrais, bem como outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição, para fiscalização, controle, investigação e persecução criminal com foco no combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e aos delitos antecedentes..

Respondentes

20 respondentes, essencialmente instituições financeiras



Respostas dos Entes Privados

Participação Ativa

Empresas demonstraram interesse em colaborar com as autoridades governamentais.

Preocupações Legais

Necessidade de clareza jurídica para compartilhamento de informações.

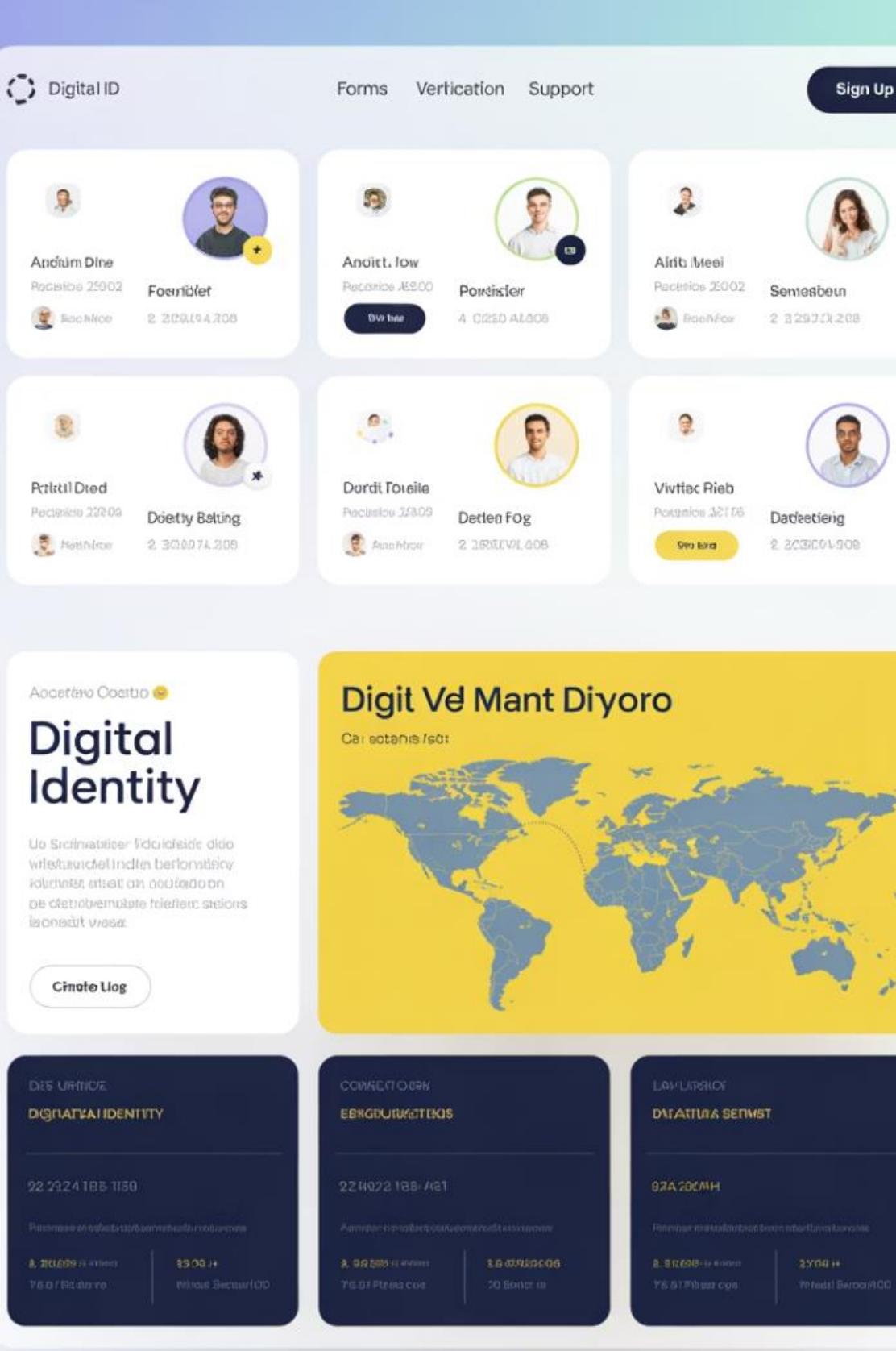
Desafios Técnicos

Questões de implementação e segurança para integração de sistemas.

Disposição para Diálogo

Maioria disposta a participar de discussões sobre a viabilidade da plataforma.





Dados Cadastrais Acessíveis

Pessoas Físicas

Nome completo e gênero

Estado civil e filiação

Endereços físico e eletrônico

Data de nascimento

RG, CPF e outros documentos

Pessoas Jurídicas

Razão social e CNPJ

Endereço comercial

Representantes legais

Estrutura societária

Produtos contratados

Outros Dados vs. Segurança Jurídica

Outros Dados Acessíveis

Informações além do cadastro básico que podem ser solicitadas sem ordem judicial.

Ao Coaf: Dados de transações financeiras específicas conforme previsto em lei.

Registros de comunicações não protegidos por sigilo.

Segurança Jurídica

Necessidade de garantias legais claras para empresas compartilharem dados.

Proteção contra responsabilizações por compartilhamento legítimo.

Definição precisa dos limites do que pode ser fornecido sem ordem judicial.

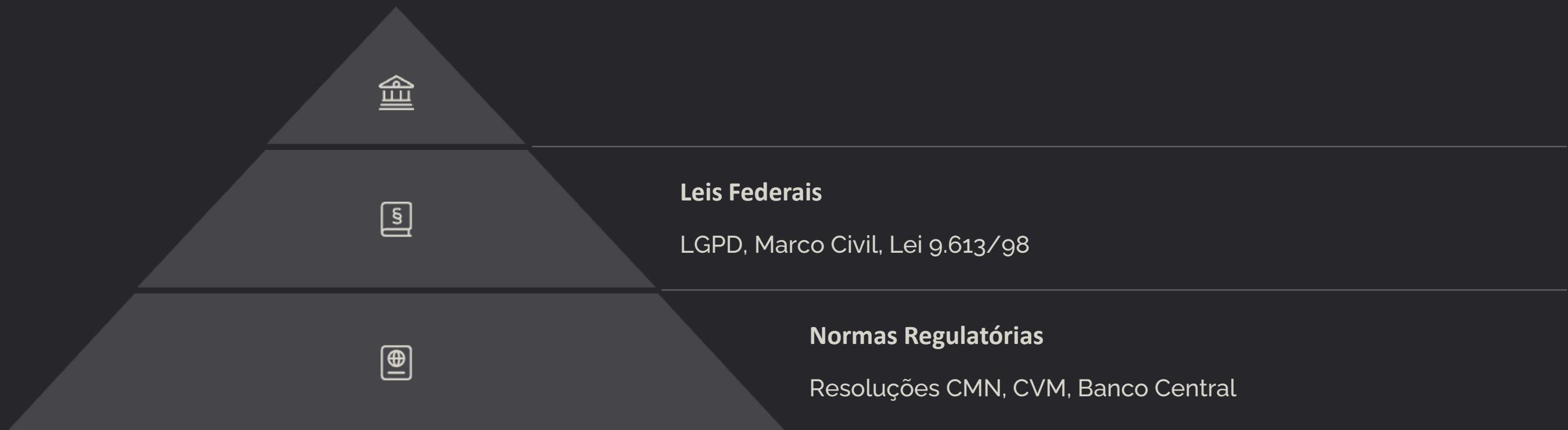
A large, semi-transparent watermark of the Brazilian flag is visible on the left side of the slide. The flag features the yellow, green, and blue colors with the blue star and yellow diamond. It is partially obscured by a dark gray rectangular area containing the main text.

Os “dados cadastrais e outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição” sob posse da sua organização estão armazenados no Brasil?

Sim, 90%

Ordenamento Jurídico Citado

O fundamento legal para compartilhamento de dados é essencial para garantir a segurança jurídica das instituições participantes.



Legislação e Normas Aplicáveis

Política de KYC/KYP/KYS/KYE, Política de PLD/FT

Circular 3978/20 e 4001/20 Banco Central do Brasil

Lei de combate à Lavagem (Lei 9.613/98)

Resolução Conjunta 6 do Banco Central do Brasil

Marco Civil da internet

Resolução BCB nº 179/22

Resolução 150/2021 do CMN

LC 105/2001 e artigo 5º, XII da Constituição

Resolução CMN 4893

Ministério do Trabalho: Lei 6.321/76

Resolução nº 179/2023 da CVM e demais normativos aplicáveis ao setor de criptoativos

Ministério da Cultura: Lei 12.761/12

Métodos de Requisição Atuais

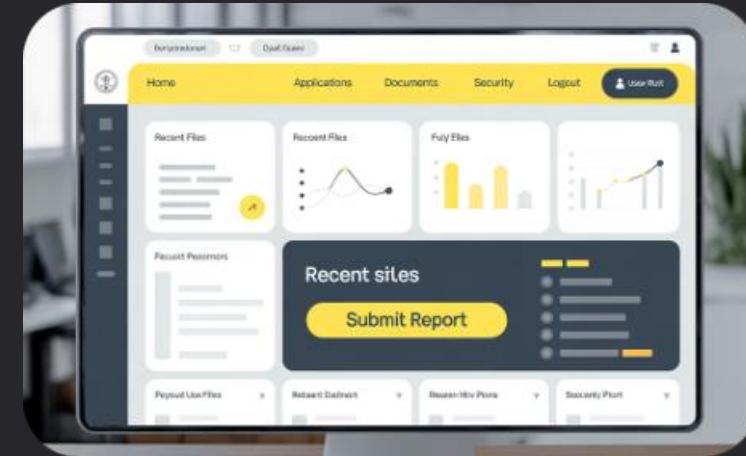
Como a sua organização fornece "dados cadastrais e outros dados acessíveis sem reserva de jurisdição" requisitados por órgãos públicos?



Ofício

100% das organizações utilizam documentos oficiais em papel para atender requisições de dados.

As requisições por ofício ainda predominam, evidenciando a necessidade de modernização dos canais de comunicação entre autoridades e entes privados.



Sistema

60% das organizações também utilizam sistemas eletrônicos dedicados para compartilhamento de informações.



API

Apenas 15% implementaram interfaces de programação (APIs) para automatizar o fornecimento de dados.

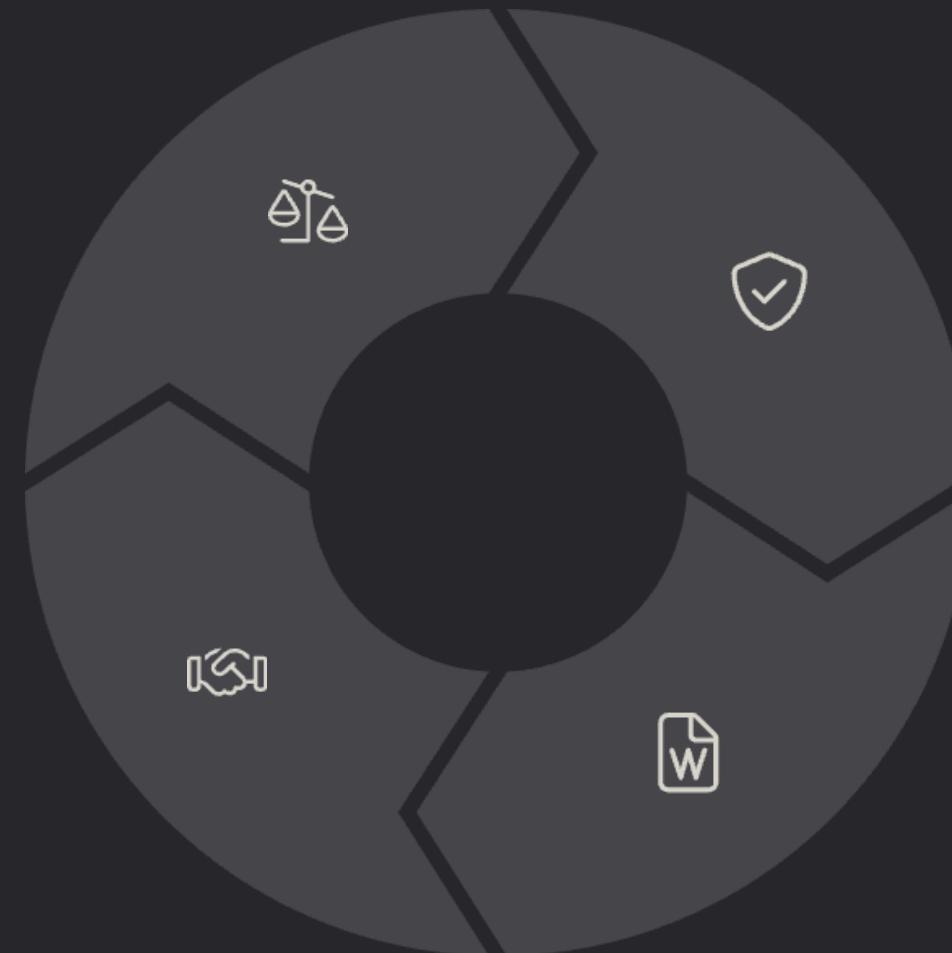
Desafios Jurídicos

Interpretações Diversas

Divergências sobre abrangência da legislação

Responsabilidades

Proteção das empresas colaboradoras



Segurança Jurídica

Garantias para compartilhamento sem ordem judicial

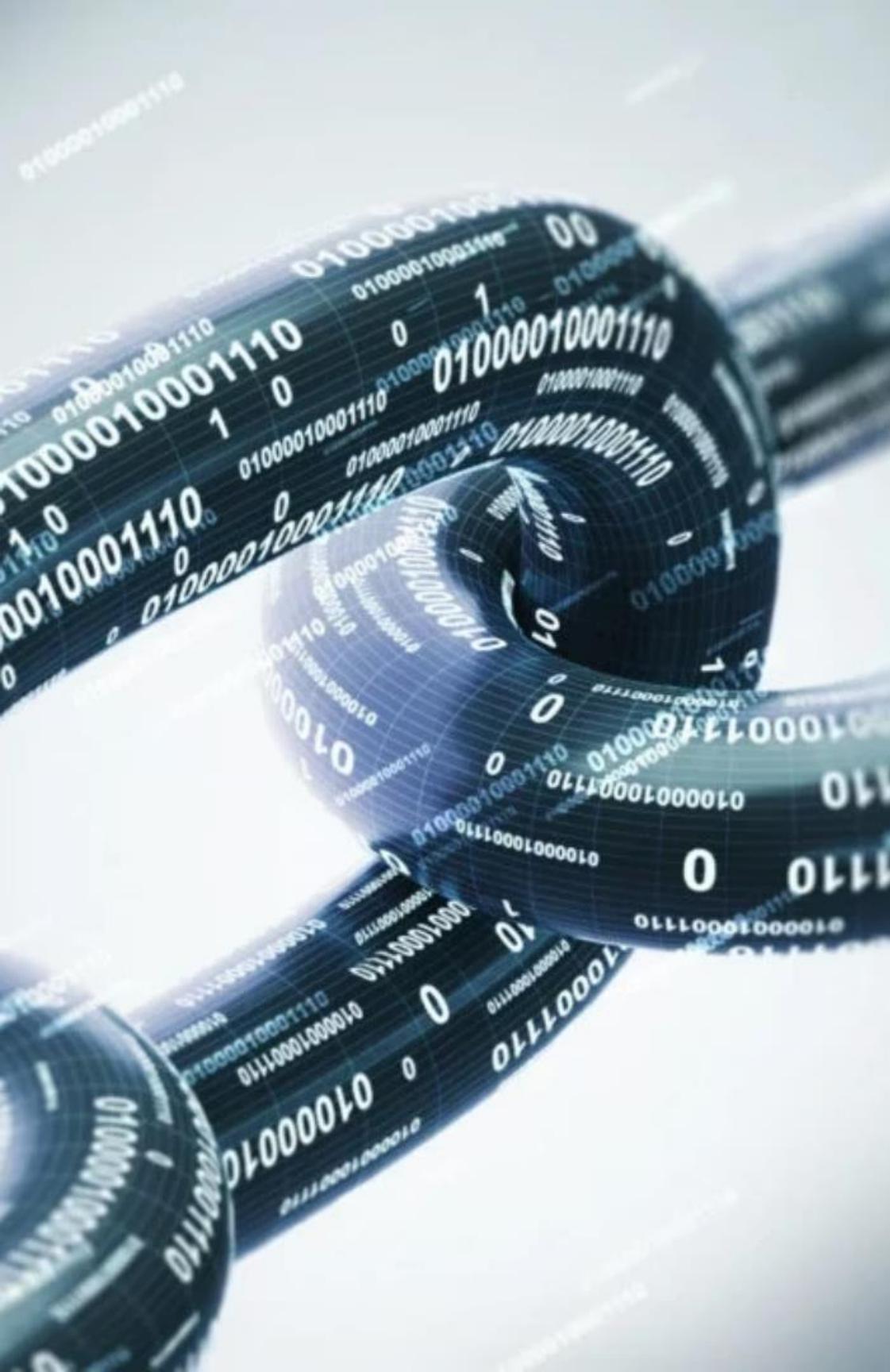
Limites Legais

Definição clara dos dados acessíveis



Percepção sobre Dificuldades Técnicas

55% das organizações afirmam não enfrentar obstáculos tecnológicos significativos para compartilhamento de dados.



Principais dificuldades apontadas

Repositório Centralizado

Base de dados unificada .

Processo Estruturado

Fluxos padronizados para requisição e fornecimento de informações.

Validação Robusta

Mecanismos para confirmar autenticidade e autorização dos solicitantes.

Interoperabilidade

Padrões técnicos que permitam comunicação entre diferentes sistemas.

Latência

Prazo para respostas

Viabilidade de Integração



A sua organização possui sistemas, plataformas ou quaisquer soluções tecnológicas que poderiam ser integrados a uma plataforma digital governamental?

70% das organizações possuem sistemas que poderiam ser integrados à plataforma governamental. A maioria precisaria de esforços de adaptação para compatibilidade técnica.

Interesse em Participação



Diálogo Público-Privado

80% das organizações demonstram interesse em participar das discussões sobre viabilidade da plataforma.

Selo de Empresa Colaboradora



Alta Adesão

90% das organizações têm interesse no selo de reconhecimento.

